



SUCCESSÃO FAMILIAR NA ATIVIDADE LEITEIRA MATO-GROSSENSE: políticas públicas como incentivo à permanência do sucessor

Daniela Ferreira Tavares
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

Lucia Maria Parapinski
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

Resumo

Este estudo teve como objetivo identificar as ações governamentais implementadas no Estado de Mato Grosso, entre 2020 e 2024, voltadas à permanência dos jovens no meio rural, com foco na cadeia produtiva do leite. A análise considerou fatores socioeconômicos, educacionais e culturais que influenciam a sucessão familiar na atividade leiteira. Adotou-se uma abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, por meio de estudo de caso descritivo. Os dados foram obtidos a partir de fontes institucionais, como o Portal da Transparência e o site da SEAF, além da aplicação de um questionário a produtores de leite do município de Sinop/MT, obtendo um retorno de 13,4%. Não foram identificadas ações compatíveis no Portal da Transparência. No entanto, o portal da SEAF indicou o Projeto “MT Produtivo”, com orçamento de US\$ 100 milhões para o período de 2024 a 2029, voltado à valorização de grupos vulneráveis, incluindo jovens. Os resultados também apontaram baixo nível de conhecimento ou acesso às políticas públicas por parte dos jovens produtores. As ações mais citadas foram o SENAR, assistência técnica e programas de melhoramento genético. A maioria dos participantes demonstrou insatisfação com a atuação do governo, principalmente pela ausência de uma política de preços mínimos. Além disso, 71,4% confirmaram a tendência de migração dos jovens para áreas urbanas. Conclui-se que as iniciativas governamentais são insuficientes, sendo necessária a criação de políticas mais eficazes e integradas para fortalecer a sucessão familiar e a sustentabilidade da cadeia leiteira, que representa mais de 80% da agricultura familiar em Mato Grosso.

Palavras-chave: Sucessão familiar; Políticas Públicas; Agricultura familiar.

Categoria: Artigo científico completo.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar constitui a base do setor agropecuário brasileiro, desempenhando um papel fundamental no abastecimento alimentar de áreas rurais e urbanas (Dickel e Zanella, 2020). No contexto da produção leiteira, essa modalidade é predominante, sustentando a atividade por meio do trabalho familiar, com expressiva relevância econômica e social (Muller *et al.*, 2019). Em Mato Grosso, a importância é ainda mais evidente, aproximadamente 80,4%



dos produtores de leite são agricultores familiares, o que os torna essenciais para o abastecimento local e estadual (IMEA, 2023).

Apesar de sua relevância, a sucessão familiar na produção leiteira enfrenta desafios significativos. A diminuição da população rural tem sido impulsionada pela migração dos jovens em busca de oportunidades educacionais e profissionais nos centros urbanos (Santos e Araújo, 2020; Abreu *et al.*, 2021). Os pais frequentemente desestimulam a permanência dos filhos na propriedade devido à baixa lucratividade, instabilidade, tamanho limitado das propriedades e longas jornadas de trabalho (Oliveira *et al.*, 2021).

Nesse cenário, as políticas públicas assumem um papel estratégico ao promover incentivos e condições favoráveis à permanência dos jovens no campo. Embora diversas iniciativas tenham sido implementadas com foco na geração de renda e na inclusão produtiva, muitas delas não têm alcançado os resultados esperados no que se refere à sucessão familiar, contribuindo, inclusive, para o envelhecimento da população rural (Grando *et al.*, 2019; Dickel e Zanella, 2020).

Para que essas políticas sejam eficazes, é necessário que abordem de forma integrada questões como trabalho, acesso à educação, crédito e equidade de gênero, a fim de contemplar a diversidade das juventudes rurais (Santos e Araújo, 2020). Compreender os impactos dessas ações é de interesse público, considerando a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar, a economia regional e o desenvolvimento sustentável (Grando *et al.*, 2019).

Dados do IMEA (2023) revelam que 89,96% dos produtores de leite em Mato Grosso têm pelo menos um filho. A maioria dessas famílias (45,81%) possui entre um e dois filhos, seguida por 35,36% com três a quatro filhos. Contudo, apenas 28,73% desses jovens cursam o ensino superior, o que evidencia um *déficit* na formação técnica e acadêmica necessária à continuidade qualificada da atividade leiteira (Pessoto *et al.*, 2019).

Esse cenário reforça a urgência de uma agenda política voltada à sucessão familiar na agricultura, que seja articulada com as demandas reais dos produtores e liderada por organizações representativas do setor (Grando *et al.*, 2019). Ainda assim, persistem entraves significativos no acesso e na efetividade das políticas já existentes. Segundo o IMEA (2023), 47,25% dos produtores não acessam os programas da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SEAF), e 34,32% sequer têm conhecimento da existência dessas iniciativas.

Diante dessa realidade, a questão central que orienta o presente estudo é: Quais são as ações governamentais do Estado de Mato Grosso voltadas à permanência dos jovens no meio rural, e de que forma impactam a sucessão familiar na produção de leite?

Com base nessa problemática, o objetivo geral da pesquisa consistiu em identificar as ações governamentais implementadas no Estado de Mato Grosso, no período de 2020 a 2024. Adicionalmente, o estudo buscou analisar os impactos dessas políticas públicas na permanência dos jovens no campo, com ênfase na cadeia produtiva do leite, considerando os fatores socioeconômicos, educacionais e culturais que influenciam a sucessão familiar na atividade leiteira.

A relevância deste trabalho reside na sua contribuição para compreender a dinâmica da sucessão na cadeia leiteira mato-grossense, onde a agricultura familiar representa a maioria dos produtores e muitos não possuem acesso ou conhecimento sobre programas governamentais de apoio (IMEA, 2023). Ao sistematizar essas informações, espera-se subsidiar o aprimoramento de estratégias governamentais voltadas à continuidade e ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e da produção de leite no estado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA



Nesta seção, buscou-se de forma concisa definir o conceito de sucessão familiar rural e políticas públicas. Além disso, uma breve exposição das iniciativas do governo federal voltadas para o jovem rural.

2.1 Sucessão Familiar Rural

A prática da produção familiar rural, introduzida no Brasil por imigrantes europeus a partir de 1824, persiste como um pilar fundamental para o desenvolvimento rural e econômico nacional (Embrapa, 2019). A sucessão familiar rural ocorre quando a nova geração assume as responsabilidades da propriedade, um processo que envolve a transferência de gestão e trabalho dos pais para os herdeiros, geralmente filhos (Kruger *et al.*, 2019; Brizzolla *et al.*, 2020).

Um planejamento sucessório prévio é essencial para garantir a continuidade e a preservação do patrimônio familiar, evitando consequências negativas decorrentes da falta de conhecimento ou estratégia (Brizzolla *et al.*, 2020). Contudo, a sucessão em atividades exigentes como a pecuária leiteira apresenta desafios significativos, dada a intensidade do trabalho, horários rigorosos e variações de remuneração (Breitenbach *et al.*, 2019).

A sucessão bem-sucedida não se limita ao âmbito familiar; ela tem um impacto abrangente no desenvolvimento da comunidade agrícola. Jovens sucessores trazem inovação, novas técnicas, e muitas vezes, formação acadêmica, que podem impulsionar a produtividade e a sustentabilidade (Breitenbach e Troian, 2020; Araujo, 2018). Nesse sentido, o apoio de cooperativas e políticas públicas é fundamental para mitigar os desafios e incentivar a permanência dos jovens no campo, facilitando o acesso a capital e educação, e reconhecendo sua importância na preservação da agricultura familiar (Diamor e Sudré, 2021).

2.2 Políticas Públicas

As políticas públicas são instrumentos governamentais que materializam a vontade do Estado na busca por soluções para problemas que afetam o interesse público, concretizadas por meio de leis, programas, subsídios, e outras ações financiadas por recursos orçamentários, benefícios fiscais e incentivos (Secchi *et al.*, 2019; Brasil, 2018), além das renúncias fiscais, redução de alíquotas e créditos tributários.

A renúncia fiscal, por exemplo, que se refere à redução discriminada de tributos, impacta a arrecadação e pode promover a acumulação de capital em setores específicos, influenciando toda a sociedade (Silva, 2020) e, compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção de caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado (LRF, Art. 14, Inciso II, § 1º).

A eficácia das políticas públicas é o aspecto mais relevante, ou seja, se elas atendem a um propósito específico de bem-estar social (Mastrodi e Ifanger, 2019). De acordo com Secchi *et al.* (2019), as políticas públicas consistem em duas partes principais: a vontade do governo e a busca de soluções para questões que afetam o interesse público. Elas têm como propósito lidar com problemas relevantes para toda a sociedade.

A contabilidade pública desempenha um papel vital na transparência e efetividade dessas políticas, assegurando a gestão responsável dos recursos e a base para o planejamento e implementação de iniciativas governamentais (Pereira, 2019; Moraes *et al.*, 2018). Assim, a harmonização entre a contabilidade pública e as políticas governamentais é essencial para o progresso econômico e social.



Compreender a complexidade e a importância das políticas públicas é fundamental para direcioná-las de forma eficaz às necessidades específicas da juventude no meio rural, promovendo a continuidade e o desenvolvimento das atividades agrícolas familiares.

2.2 Ações do governo federal voltadas para a juventude do meio rural

O Quadro 1 apresenta algumas das iniciativas do governo federal, com interface direta e indiretamente com a juventude rural, destacando programas e políticas que visam fortalecer a presença e participação dos jovens no cenário agrícola brasileiro.

Quadro 1- Iniciativas do governo federal para o público da juventude rural

Programa/Política	Eixo	Objetivo
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	Inclusão Produtiva	Linha de crédito específica para jovens agricultores familiares (Pronaf Jovem)
Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	Acesso à Terra	Financiamento para compra da primeira terra
Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)	Educação no Campo	Projetos educacionais voltados às áreas de reforma agrária
Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Campo)	Educação e Capacitação	Curso técnico de nível fundamental integrado à prática agrícola
Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo (PNEEJC)	Empreendedorismo	Apoio a projetos economicamente viáveis para jovens do campo
Programa Arca das Letras	Cultura e Educação	Implantação de bibliotecas rurais comunitárias
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Segurança Alimentar	Compra de alimentos da agricultura familiar
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Educação e Nutrição	Aquisição de alimentos da agricultura familiar para escolas
Programa Terra Legal	Regularização Fundiária	Regularização de ocupações legítimas
Programa Terra Sol	Fomento Econômico	Apoio à agroindústria, turismo rural e artesanato
Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)	Inclusão Produtiva/ Sustentabilidade	Promover biodiesel sustentável com inclusão de agricultores familiares e fortalecimento regional produtivo.
Programa de Cadastro da Terra e Regularização Fundiária (PCRF)	Acesso à Terra / Jurídico	Titulação e regularização fundiária com reserva de lotes a jovens

Fonte: Elaborado pelas autoras, adaptado de Barcellos (2014).

A formulação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar passou a ser institucionalmente reconhecida a partir de 1995. Durante a década de 1990, segundo Troian e Machado (2020), diversas ações e entidades foram criadas com o objetivo de fortalecer esse setor. Entre elas, destaca-se o PRONAF, considerado um marco por instituir uma linha de crédito específica para agricultores familiares, atendendo às antigas demandas dos trabalhadores rurais por políticas de desenvolvimento rural.

Em 2003, o PRONAF foi ampliado com a criação da modalidade Pronaf Jovem, voltada para jovens rurais entre 16 e 29 anos. Conforme Marin (2020), essa linha de crédito busca estimular a permanência no campo por meio da geração de renda e da autonomia financeira, oferecendo um limite de até R\$ 25.000,00 com juros de até 4% ao ano.

A Lei nº 10.696/2003 instituiu o PAA, com a finalidade de garantir o acesso à alimentação adequada e fomentar a agricultura familiar por meio da compra direta de alimentos



de pequenos produtores, sem necessidade de licitação. Uma vertente específica, o PAA Leite, concentra-se na aquisição e distribuição gratuita de leite, incentivando a produção local com base em critérios como a DAP, limite diário de venda de 100 litros por produtor e teto anual de R\$ 9.500,00 (Brasil, 2023).

Outro programa essencial é o PNAE, que transfere recursos federais para a alimentação de estudantes da educação básica em escolas públicas e instituições conveniadas. Além de promover o desenvolvimento biopsicossocial e alimentar dos estudantes, o programa exige que, no mínimo, 30% dos recursos sejam utilizados na compra de produtos oriundos da agricultura familiar, priorizando assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas, quilombolas e mulheres agricultoras (Brasil, 2023).

No campo do acesso à terra, destaca-se a criação, em 2003, da linha Nossa Primeira Terra (NPT), no âmbito do PNCF, buscando facilitar a aquisição de terras por jovens trabalhadores rurais, além de promover sua participação em debates e estratégias para o desenvolvimento do setor (Moura, 2022).

O programa Terra Legal, originalmente voltado à regularização fundiária na Amazônia Legal, foi expandido para todo o território nacional com a Medida Provisória nº 759. De acordo com Mattei (2018), o objetivo é distinguir agricultores familiares de grileiros e promover a regularização fundiária como forma de garantir segurança jurídica e estimular a sucessão familiar rural.

Outro programa relevante é o Terra Sol, voltado ao apoio à agroindustrialização e à comercialização de produtos dos assentamentos, especialmente aqueles cultivados de forma agroecológica ou orgânica. O programa promove assessoria técnica, planejamento e inserção no mercado (Araújo *et al.*, 2017).

No campo da energia renovável, o PNPB, gerido pela SAF, tem como finalidade fomentar a produção de biodiesel de forma sustentável, com inclusão produtiva, desenvolvimento regional e geração de emprego e renda, com participação ativa da agricultura familiar (Brasil, 2019).

No âmbito educacional, o PRONERA busca atender jovens e adultos assentados, comunidades quilombolas e beneficiários do PNCF. Seus projetos são desenvolvidos em parceria com instituições de ensino públicas e privadas sem fins lucrativos, em cooperação com os governos estaduais e municipais (Brasil, 2020).

A democratização do acesso à leitura nas zonas rurais é promovida pelo programa Arca das Letras, criado em 2003 pelo MDA. Sua atuação baseia-se na implantação de bibliotecas comunitárias e na formação de agentes de leitura (Martins e Porto, 2018).

O PCRFB, segundo Rodrigues (2018), assegura segurança jurídica aos agricultores por meio de um processo técnico composto por cadastro, georreferenciamento e titulação de propriedades, contribuindo para a estabilidade e continuidade das atividades rurais (Anater, 2024).

Na perspectiva da inclusão educacional e profissional, destaca-se o ProJovem Campo Saberes da Terra, originado em 2005 e oficializado em 2008. Destinado a jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, o programa oferece formação integrada à realidade agrícola local, com bolsas condicionadas à frequência e execução adaptada à especificidade de cada estado (Gonçalves *et al.*, 2023).

Por fim, a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo (PNEEJC) visa apoiar jovens entre 15 e 29 anos na elaboração e execução de projetos produtivos viáveis, promovendo sua permanência no meio rural por meio do fortalecimento da autonomia econômica.



3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem metodológica deste estudo integra elementos de pesquisa bibliográfica, qualitativa, documental e o método de estudo de caso com caráter descritivo. Para a construção do referencial teórico, foi realizada uma revisão bibliográfica baseada em materiais previamente publicados, como livros, artigos científicos e fontes online, conforme apontam Farias Filho e Arruda Filho (2015).

A abordagem qualitativa foi adotada por permitir uma compreensão aprofundada das percepções e experiências dos participantes, sendo adequada aos objetivos da pesquisa. A coleta de dados foi realizada por meio da análise de documentos oficiais e aplicação de questionário. Gil (2021) destaca que a pesquisa qualitativa envolve métodos como entrevistas, observações e análise documental, frequentemente integrados para captar a complexidade dos fenômenos sociais.

A pesquisa também adotou o caráter documental, utilizando dados provenientes de fontes institucionais como o Portal da Transparência do Estado e a SEAF. Segundo Lakatos (2021), a pesquisa documental utiliza documentos como fontes primárias, podendo abranger dados anteriores ou posteriores ao evento estudado.

Quanto ao delineamento, trata-se de um estudo de caso, que, conforme Gil (2021), permite uma análise detalhada de uma situação específica em seu contexto real, envolvendo diferentes técnicas de coleta de dados.

Por fim, a pesquisa é classificada como descritiva, cujo propósito, segundo Gil (2019), é descrever características de determinado fenômeno ou população e identificar possíveis relações entre variáveis, utilizando métodos sistemáticos de coleta e análise.

Procedimentos de Coleta e Interpretação dos Dados

A coleta de dados primários foi realizada por meio de levantamento documental e de campo. As informações documentais foram obtidas no Portal da Transparência do Estado de Mato Grosso e no site da SEAF, referente ao período de 2020 a 2024. O caminho percorrido foi: “Despesa por Programa / Programa / Ano / Órgão”, utilizando os termos de busca “JOVEM” e “JUVENTUDE”, com o objetivo de selecionar os programas pertinentes e extrair as ações relevantes e o orçamento destinado.

O levantamento de campo, por sua vez, foi conduzido por meio da aplicação de um questionário (Quadro 2), adaptado de Barcellos (2019), elaborado na plataforma Google® Forms e distribuído aos respondentes via WhatsApp. O questionário contou com um total de 15 perguntas, das quais 11 foram de natureza objetiva e 4 de caráter aberto, direcionado aos produtores de leite do município de Sinop/MT.

A aplicação ocorreu em dois momentos distintos, nos meses de abril e maio de 2024, por meio de um *link* gerado pelo próprio formulário *online*. Para a definição da amostra, utilizou-se como referência o número total de produtores de leite cadastrados no município, conforme dados fornecidos IMEA (2023), totalizando 52 produtores.

Quadro 2: Demonstrativo do Questionário aplicado

Perguntas	Alternativas
1) Com qual gênero você se identifica?	() Masculino () Feminino () Prefiro não responder
2) Qual sua faixa etária?	() até 24 anos () de 25 a 34 anos



	<input type="checkbox"/> de 35 a 44 anos <input type="checkbox"/> de 45 a 54 anos <input type="checkbox"/> 55 anos ou mais
3) Escolaridade	<input type="checkbox"/> Não alfabetizado <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental <input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio <input type="checkbox"/> Superior Incompleto <input type="checkbox"/> Superior Completo <input type="checkbox"/> Outro
4) A instituição de ensino onde estuda ou estudou está a que distancia da propriedade?	
5) Na sua opinião, em que medida a distância entre a instituição de ensino onde você estuda ou estudou e a propriedade onde reside pode ser vista como fator limitante ao acesso à educação?	<input type="checkbox"/> Não influencia em nada <input type="checkbox"/> Tem uma influência mínima <input type="checkbox"/> Tem uma influência moderada <input type="checkbox"/> Tem uma influência significativa <input type="checkbox"/> Tem uma influência muito significativa
6) À quais recursos tecnológicos você tem acesso na propriedade? (Pode marcar mais de uma opção):	<input type="checkbox"/> Celular <input type="checkbox"/> Antena Parabólica <input type="checkbox"/> TV por assinatura <input type="checkbox"/> Computador/Notebook <input type="checkbox"/> Internet Móvel
7) A propriedade que atualmente explora a atividade leiteira é proveniente de sucessão familiar?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
8) Na sua opinião, no que tange a permanência do jovem na continuidade da atividade leiteira, quais seriam as necessidades específicas?	
9) Você percebe que há uma migração significativa dos jovens da zona rural para áreas urbanas?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
10) Em relação aos Programas/Projetos governamentais voltados para o desenvolvimento rural no Estado Mato Grosso, especialmente aquelas relacionadas à produção leiteira listados abaixo, qual você conhece ou teve acesso (pode marcar mais de uma opção):	<input type="checkbox"/> Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar <input type="checkbox"/> Fornecimento de Resfriadores, Caminhões Isotérmicos e Silos <input type="checkbox"/> Promoção do Melhoramento Genético e Qualidade do Leite <input type="checkbox"/> Programa MT Produtivo Leite <input type="checkbox"/> Prestação dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMPAER <input type="checkbox"/> Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR
11) Você e/ou sua família já participou ou se beneficiou de algum programa ou incentivo do governo relacionado à produção leiteira?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim, qual foi o impacto socioeconômico percebido?
12) Em relação às políticas públicas/programas do governo federal listados abaixo, qual você conhece ou teve acesso (pode marcar mais de uma opção):	<input type="checkbox"/> PRONAF JOVEM <input type="checkbox"/> Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) <input type="checkbox"/> Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) <input type="checkbox"/> Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) <input type="checkbox"/> Programa Terra Legal <input type="checkbox"/> Programa Terra Sol <input type="checkbox"/> Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) <input type="checkbox"/> Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) <input type="checkbox"/> Programa Arca das Letras



	<input type="checkbox"/> Programa de Cadastro da Terra e Regularização Fundiária (PCRF) <input type="checkbox"/> Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Campo) <input type="checkbox"/> Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo.
13) Como você vê o papel do governo no apoio aos sucessores na transição e gestão das propriedades leiteiras?	
14) Na sua percepção, as iniciativas governamentais têm impacto na decisão dos jovens sucessores em permanecerem na atividade leiteira?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
15) Quais sugestões você ofereceria para melhorar as políticas governamentais relacionadas ao desenvolvimento rural e à produção leiteira em Mato Grosso?	

Fonte: Autoras, adaptado de Barcellos (2019).

A análise de dados se deu pela triangulação de dados. De acordo com Flick (2008), a técnica de triangulação de dados é um método de pesquisa que envolve a coleta e análise de informações provenientes de diferentes fontes, métodos ou abordagens. Essa abordagem metodológica se fundamenta nos princípios propostos por Martins (2008), que enfatiza a importância da utilização de múltiplas fontes de evidência em estudos de caso. Segundo o autor, a confiabilidade da pesquisa é ampliada quando diferentes técnicas são empregadas, tornando os achados mais consistentes e robustos.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção está organizada em duas partes. A primeira visa apresentar o resultado referente a busca por programas e ações do Estado de Mato Grosso que incentivam a permanência dos jovens no meio rural, com ênfase à cadeia produtiva do leite. A segunda parte analisa as perspectivas dos produtores respondentes, com base nos dados obtidos por meio de questionário, permitindo identificar o alcance das políticas públicas, os fatores que influenciam a permanência dos jovens no campo e o impacto das iniciativas governamentais na sucessão familiar na atividade leiteira.

4.1 Programas/Ações destinadas a apoiar a permanência do jovem no campo

A pesquisa realizada no Portal da Transparência do Estado de Mato Grosso, referente ao período de 2020 a 2024, teve como objetivo identificar programas e ações voltados à permanência dos jovens no meio rural, bem como os respectivos recursos orçamentários. No entanto, a ferramenta de busca não retornou resultados de acordo com os critérios estabelecidos.

No portal da SEAF, utilizando-se o mesmo critério de busca, foi identificado o Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar “MT Produtivo”, com orçamento previsto de US\$ 100 milhões, sendo US\$ 20 milhões provenientes do Estado e US\$ 80 milhões financiados pelo Banco Mundial, para execução no período de 2024 a 2029. Um dos objetivos do projeto é fomentar o engajamento social e fortalecer grupos vulneráveis da agricultura familiar, como Povos Indígenas, Quilombolas, Comunidades Tradicionais (PIQCTs), mulheres e jovens, promovendo seu empoderamento, reconhecimento e valorização (SEAF, 2024).

Em continuidade à investigação, buscou-se também identificar no portal da SEAF programas e ações voltados especificamente à cadeia produtiva do leite. A consulta resultou na



identificação de três ações principais: (i) Prestação dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); (ii) Promoção da Mecanização e Insumos para a Atividade Produtiva Familiar; e (iii) Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar.

As ações identificadas visam fortalecer a agricultura familiar em Mato Grosso. A ATER oferece apoio técnico, capacitações, elaboração de projetos de crédito rural e incentivo à organização e comercialização, incluindo articulação com programas como o PAA e o PNAE. A ação “Promoção da Mecanização e Insumos” busca viabilizar o uso de equipamentos como tratores, resfriadores de leite e sistemas de irrigação. Já a ação “Desenvolvimento das Cadeias Produtivas” foca na consolidação de cadeias estratégicas da agricultura familiar, especialmente café, fruticultura, leite e piscicultura (SEAF, 2024).

Considerando que 80,4% da atividade dentro da agricultura familiar provém da cadeia produtiva do leite, destaca-se a existência de apenas três ações principais: "Prestação dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural", "Promoção da Mecanização e Insumos para a Atividade Produtiva Familiar" e "Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar", indicando uma disparidade na distribuição de ações, fato que é confirmado pela percepção dos destinatários dessas políticas.

4.2 Percepção dos Respondentes do Questionário

O público-alvo desta pesquisa incluiu 52 produtores residentes na zona rural do município de Sinop/MT. O retorno obtido correspondeu a 13,4% da amostra total, totalizando 7 respondentes. Todos os participantes foram devidamente informados sobre o objetivo da pesquisa, além de receberem todas as informações e orientações presentes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

4.2.1 Caracterização dos respondentes do questionário (perguntas 1 a 3).

A identificação dos respondentes, segue apresentada no Quadro 3. Dentre os 7 indivíduos respondentes, a maioria se declara do gênero masculino. Quanto a idade, predomina a faixa etária acima de 55 anos. Em relação a escolaridade, a maioria tem Ensino Superior Incompleto.

Quadro 3: Característica pessoais dos respondentes

Elemento	Variável	Quantidade	Percentual
1. Gênero	Masculino	4	66,7%
	Feminino	3	33,3%
2. Faixa Etária	Até 24 anos	1	14,3%
	25 a 34 anos	2	28,6%
	45 a 54 anos	1	14,3%
	Acima de 55 anos	3	42,9%
3. Escolaridade	Ensino Fundamental	1	14,3%
	Ensino Médio Incompleto	1	14,3%
	Ensino Médio	1	14,3%
	Superior Incompleto	2	28,5%
	Superior Completo	1	14,3%
	Outro	1	14,3%

Fonte: Elaborado pelas autoras, dados da pesquisa (2024).

Do público respondente, 66,7% se declaram do gênero masculino e 33,3% feminino. A faixa etária varia dos 20 a acima de 50 anos, sendo 76,6% entre os 20 a 39 anos, seguidos de

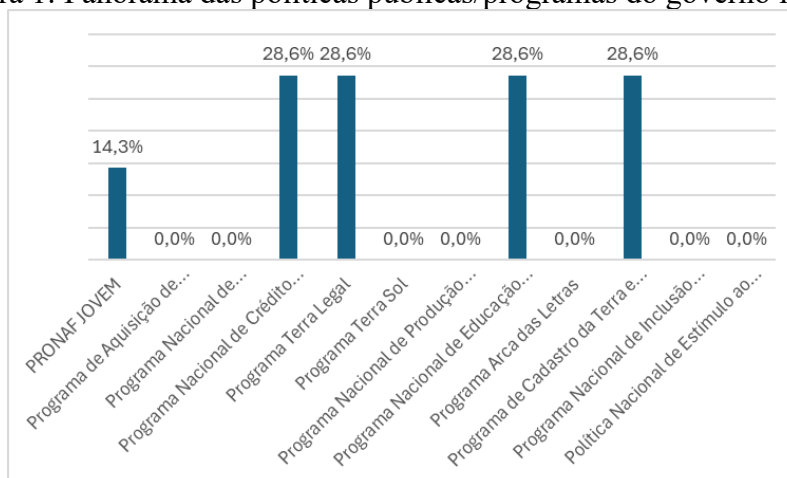


17% na faixa dos 40 a 49 anos e apenas 6,4% acima de 50 anos. Em relação a escolaridade dos respondentes, 28,5% possuem ensino superior incompleto, 14,3% ensino superior completo, 42,9% declararam possuir ensino fundamental, ensino médio incompleto e ensino médio, enquanto 14,3% declaram “outro”.

4.2.2 Alcances das políticas governamentais voltadas para o desenvolvimento rural no Estado de Mato Grosso, com foco na produção leiteira (perguntas 10 a 12).

Foi elaborada a Figura 1 para demonstrar o grau de conhecimento ou de acesso que os participantes da pesquisa já obtiveram.

Figura 1: Panorama das políticas públicas/programas do governo federal

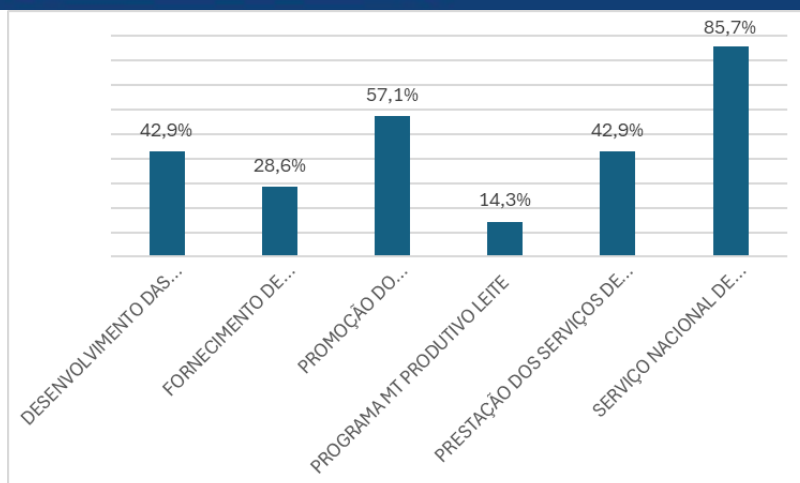


Fonte: Elaborado pelas autoras, dados da pesquisa (2024).

A Figura 1, apresenta a distribuição do conhecimento ou acesso dos participantes do questionário a políticas públicas relacionadas à sucessão familiar na atividade leiteira em Mato Grosso. Notavelmente, os resultados revelam que 14,3% dos participantes conhecem o Programa PRONAF JOVEM, enquanto 28,6% dos participantes conhecem o Programa Nacional de Crédito, o Programa Terra Legal, o Programa Nacional de Educação e o Programa de Cadastro da Terra. No entanto, é importante destacar que apenas 5 dos 12 programas avaliados são conhecidos ou acessados pelos participantes.

Se questionou sobre o acesso aos Programas/Projetos governamentais voltados para o desenvolvimento rural no Estado Mato Grosso, promovidos em âmbito estadual, especialmente aquelas relacionadas à produção leiteira. A Figura 2 foi elaborada para demonstrar os resultados obtidos.

Figura 2: Panorama das políticas públicas/programas do governo estadual



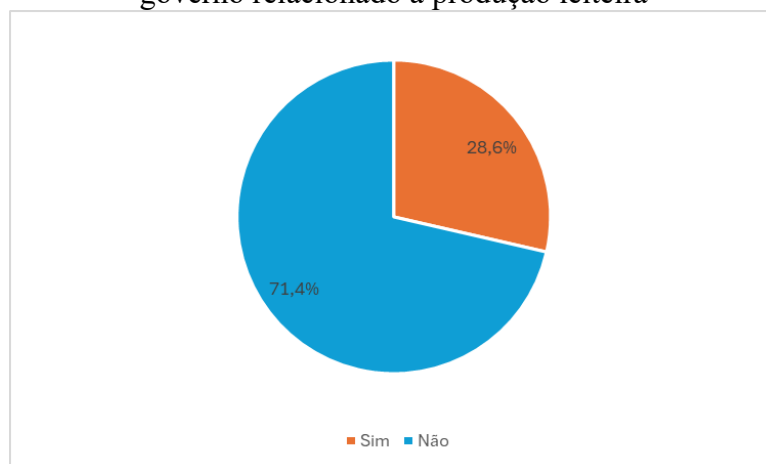
Fonte: Elaborado pelas autoras, dados da pesquisa (2024).

Observa-se na Figura 2, o programa Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) é o mais conhecido ou acessado pelos participantes, seguido pelo Promoção do Melhoramento Genético e Qualidade do Leite com 57,1%, enquanto os programas Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar e Prestação dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMPAER são conhecidos por 42,9% dos participantes.

Os resultados obtidos indicam que a maioria dos programas e políticas são desconhecidos por pelo menos 50% dos participantes, e nenhum dos programas é conhecido por 100% deles.

A pesquisa também abordou o alcance dos programas e buscou identificar se o respondente ou sua família já haviam participado ou se beneficiado de algum programa ou incentivo do governo relacionado à produção leiteira. A Figura 3 ilustra o resultado obtido.

Figura 3: Participação ou benefício algum programa ou incentivo do governo relacionado à produção leiteira



Fonte: Elaborado pelas autoras, dados da pesquisa (2024).

Nota-se, na Figura 3, que apenas 28,6% dos respondentes participaram ou se beneficiaram de algum programa governamental. Essa questão foi complementada solicitando ao participante, em caso afirmativo, apontassem qual foi o impacto socioeconômico percebido.



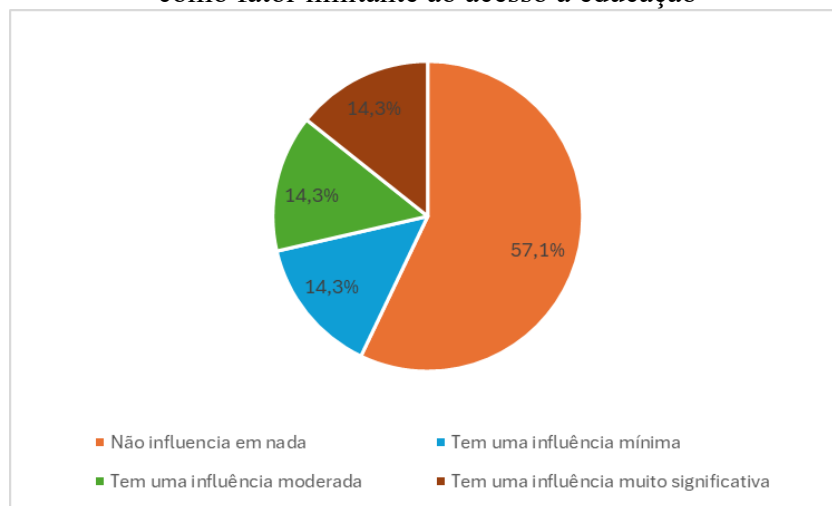
Um dos participantes respondeu que “foi bom”, enquanto outro destacou que houve “Aprendizagem, economia e melhorias”.

4.2.3 Fatores que influenciam a decisão dos jovens em permanecer na zona rural, considerando aspectos socioeconômicos, educacionais e culturais. (perguntas 4 a 9).

Os participantes foram questionados sobre a distância entre a propriedade rural e a instituição de ensino em que estudam ou estudaram. Os dados obtidos revelam uma variação considerável na distância, que se estende de 1 km a 25 km.

Buscou-se saber se a distância entre a propriedade rural e a instituição de ensino atua como fator limitante ao acesso à educação. A Figura 4 foi elaborada para apresentar os resultados obtidos.

Figura 4: A distância entre a propriedade rural e a instituição de ensino como fator limitante ao acesso à educação



Fonte: Elaborado pelas autoras, dados da pesquisa (2024).

Para a maioria (57,1%) dos participantes, a distância entre a propriedade rural e a instituição de ensino não influencia em nada em relação a obtenção do ensino. Para os demais participantes, a distância varia de uma influência mínima a uma influência muito significativa. Apesar da distância, muitos jovens não veem isso como um obstáculo significativo para sua educação, embora uma parcela considere isso um fator relevante.

Os participantes foram questionados sobre os recursos tecnológicos disponíveis nas suas propriedades, incluindo celular, internet móvel, antena parabólica, TV por assinatura e Computador/Notebook. Todos os participantes indicaram ter acesso a pelo menos um desses recursos tecnológicos. Especificamente, 100% dos participantes têm acesso a Celular, 71,4% à internet móvel, 42,9% antena parabólica e outros 42,9% têm TV por assinatura e Computador/Notebook.

Continuando a investigação, perguntou-se sobre a origem da propriedade que atualmente explora a atividade leiteira. Dos participantes, 57,1% relataram que é proveniente de sucessão familiar, enquanto 42,9% afirmaram que não é proveniente de sucessão familiar. Esse resultado indica que mais da metade das propriedades são passadas de geração em geração, ressaltando a importância da continuidade familiar na atividade leiteira. No entanto, também mostra que uma parte considerável das propriedades pode ter outras origens.



Para concluir a investigação sobre os fatores que influenciam a decisão dos jovens em permanecer na zona rural, questionou-se sobre as necessidades específicas relacionadas à continuidade da atividade leiteira. As necessidades identificadas foram diversas. Um dos participantes ressaltou a importância de "ter um tanque de leite dentro da propriedade para facilitar a atividade". Outros participantes destacaram a "rentabilidade e qualidade de vida", a necessidade de "mais incentivos", "ordenhas" e a importância de "incentivos financeiros".

4.2.4 Impactos efetivo das iniciativas governamentais na decisão dos sucessores de permanecerem na atividade leiteira (perguntas 13 a 15)

Sobre a atuação do governo no apoio aos sucessores na transição das propriedades leiteiras em Mato Grosso, o resultado revela muita insatisfação por parte dos participantes.

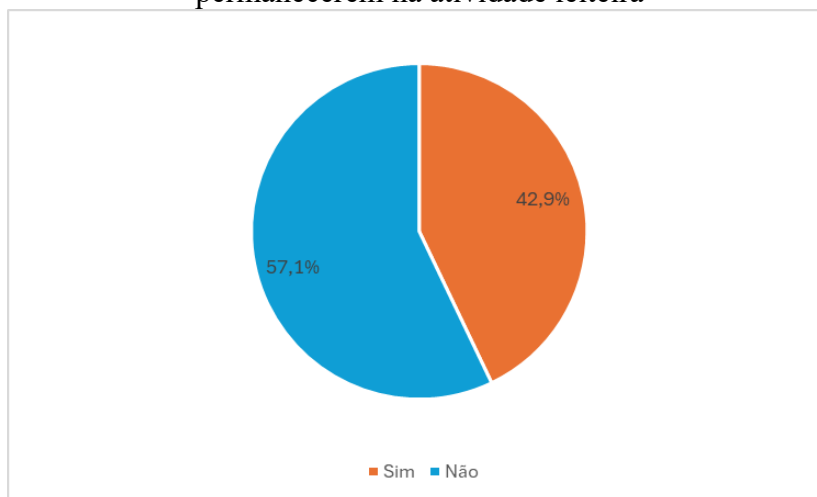
Um dos participantes afirmou que as ações governamentais "não ajudam em nada", enquanto outros destacaram que não há "nenhuma atitude conclusiva". Outro participante destacou que "não tem programas efetivos e eficientes na atividade leiteira que ultimamente está penalizada com a incompetência desse atual governo, que não enxerga a atividade como promissora e que mantém as famílias unidas e estabelecidas no campo".

Outros descrevem a atuação como "muito pouco", "nenhum", "péssimo" e "não tem apoio do governo [...] não sabe que existe propriedades leiteiras".

Em contraste, um dos participantes, avaliou que atuação do governo no apoio aos sucessores na transição das propriedades leiteiras em Mato Grosso é "relevante através da valorização da atividade".

Sobre impacto das iniciativas governamentais na decisão dos jovens sucessores em permanecerem na atividade leiteira, foi elaborada a Figura 5, para ilustrar os resultados.

Figura 5: Impacto na decisão dos jovens sucessores em permanecerem na atividade leiteira



Fonte: Elaborado pelas autoras, dados da pesquisa (2024).

Na Figura 5, observa-se que 57,1% dos participantes, acreditam que as iniciativas governamentais não influenciam a decisão dos jovens sucessores em permanecer na atividade leiteira, enquanto 42,1% consideram que essas iniciativas têm impacto nessa decisão. Embora uma parte significativa dos respondentes veja algum valor nas políticas governamentais, uma maioria não sente que essas políticas fazem diferença em suas escolhas.



A intenção ao persistir no assunto, foi de proporcionar aos participantes a oportunidade de compartilhar ideias adicionais, experiências ou resultados que possam não ter sido abordados nos questionamentos anteriores. Com isso, perguntou-se quais sugestões você ofereceria para melhorar as políticas governamentais relacionadas ao desenvolvimento rural e à produção leiteira em Mato Grosso? Da análise resumida deste último questionamento, destacam-se as respostas:

“Por mim está tudo certo não tenho nada para reclamar”.

“Permitir a valorização e agregação de valor a atividade.”

“Política de preços compatíveis com a atividade, incentivo para aquisição de matrizes”.

“Mais incentivo e recurso financeiro”.

“Uma implantação de cooperativismo para poder vender e comprar em melhores condições e assistência técnica”.

“Mais palestra e financiamento”.

“O preço do leite está muito defasado”.

Em relação à questão que avaliou o conhecimento dos participantes sobre programas e políticas públicas, os resultados revelaram uma lacuna significativa de informação, com a maioria dos participantes desconhecendo a existência ou os detalhes dessas iniciativas.

Em contrapartida, na questão que explorou sugestões para melhorar as políticas governamentais, os participantes apresentaram propostas diversificadas, incluindo a agregação de valor na atividade, políticas de preço e incentivos para a aquisição de matrizes, além de medidas para fortalecer o cooperativismo e o acesso a financiamentos.

No que diz respeito à questão que investigou os desafios enfrentados pelos sucessores na gestão das propriedades leiteiras, os participantes destacaram obstáculos diversificados. Com isto, mediante as respostas às 15 questões do questionário, salienta-se que estas proporcionaram uma visão abrangente dos desafios e das oportunidades enfrentados pelos produtores de leite em Mato Grosso, destacando a importância de políticas públicas eficazes e abordagens integradas para promover a sucessão familiar e o desenvolvimento sustentável da atividade leiteira na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema de pesquisa buscou identificar no Portal da Transparência, as políticas governamentais implementadas em Mato Grosso destinadas a apoiar a permanência de jovens na zona rural, cujo mecanismo não retornou resultados compatíveis com os critérios estabelecidos, apenas na SEAF, foi identificado o Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar “MT Produtivo”, a ser implementado a partir de 2024.

O objetivo principal do presente estudo visou compreender os efeitos das ações governamentais de Mato Grosso na decisão dos jovens de permanecerem na zona rural, afetando a sucessão familiar na produção de leite. Participantes criticaram a falta de programas efetivos e apoio, atribuindo a isso à incompetência do governo.

De modo geral, pode-se concluir que os respondentes do questionário, apresentam um baixo nível de conhecimento ou de acesso no que se refere a políticas públicas ou programas voltados para a sustentabilidade da cadeia produtiva do leite.

As únicas políticas públicas ou programas que os participantes relataram conhecer ou ter acesso, foram: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) seguido pelo Promoção do Melhoramento Genético e Qualidade do Leite, Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da



Agricultura Familiar e Prestação dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMPAER). Além disso, houve uma clara insatisfação com a atuação do governo no apoio aos sucessores na transição das propriedades.

Os fatores que influenciam a decisão dos jovens em permanecer na zona rural, considerando aspectos socioeconômicos, educacionais e culturais, variam desde a distância entre a propriedade rural e a instituição de ensino. Para a maioria (57,1%) dos participantes, não influencia em nada a obtenção do ensino. Para os demais participantes, a distância varia de uma influência mínima a uma influência muito significativa.

Fatores relacionados aos recursos tecnológicos disponíveis nas suas propriedades, incluindo celular, internet móvel, antena parabólica, TV por assinatura e Computador/Notebook. Todos os participantes indicaram ter acesso a pelo menos um desses recursos tecnológicos.

Em conclusão, as sugestões dos participantes para melhorar as políticas governamentais relacionadas à permanência dos jovens no campo na atividade leiteira em Mato Grosso refletem uma variedade de necessidades e perspectivas. Necessidades específicas foram apontadas como "ter um tanque de leite dentro da propriedade para facilitar a atividade", "rentabilidade e qualidade de vida", a necessidade de "mais incentivos", "ordenhas" e a importância de "incentivos financeiros".

Durante a realização do estudo, enfrentou-se algumas limitações. A falta de padronização dos dados no Portal da Transparência foi um obstáculo, assim como o tempo disponível. Julga-se que a coleta de dados presencial teria uma maior adesão, considerando a baixa participação dos produtores de leite de Sinop/MT.

Em continuidade deste estudo, sugere-se estudos sobre a propagação do conhecimento sobre as iniciativas públicas, destacando a necessidade urgente de melhorar os canais de comunicação entre o governo e os produtores rurais, a fim de garantir que todos os produtores tenham conhecimento e acesso igualitário a esses recursos.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Charleana de; OLIVEIRA, Ana Luisa Araujo de; ROBOREDO, Delmonte. A agricultura familiar no estado de Mato Grosso: um olhar a partir do Censo Agropecuário 2017. **Revista de Ciências Agroambientais**, v. 19, n. 2, p. 81-92, 2021.

ANATER. Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Programa Cadastro De Terras e Regularização Fundiária**. Brasil: ANATER, [2024]. Disponível em: <https://www.anater.org/index.php/programa-cadastro-terras/#:~:text=O%20Programa%20Cadastro%20de%20Terras,pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20aos%20agricultores%20familiares>. Acesso em: 09 nov. 2024

ARAÚJO, Dayane de A. **Planejamento Tributário Aplicado aos Instrumentos Sucessórios**. São Paulo: Almedina Brasil, 2018. *E-book*. ISBN: 8584932844.

BARCELLOS, Amanda I.H. **Análise da sucessão familiar nos sistemas produtivos do Estado do Mato Grosso**. Tangará da Serra: Universidade do Estado do Mato Grosso, 2019. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola). Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/ppgasp/analise-da-sucessao-familiar-nos-sistemas-produtivos-no-estado-de-mato-grosso.pdf>. Acesso em: 31 de out. de 2024.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social**. 2014. 306p. Tese (Doutorado em Ciências) -



Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:

<https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/22222/1/2014%20-%20Sergio%20Botton%20Barcellos.pdf> . Acesso em: 09 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. **Avaliação de Políticas Públicas**: Guia prático de análise ex post. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018. v. 2. Disponível em: <file:///C:/Users/cinth/Downloads/guiaexpost.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.

_____. Lei Complementar nº. 101/2000. LRF. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 30 out. 2024.

_____. **Lei 14.666, de 04 de setembro de 2023**. Institui a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo (PNEEJC) e define seus princípios, objetivos e ações. Brasília, DF: Presidente da República, 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14666.htm. Acesso em: 01 out. 2024.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, [2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa>. Acesso em: 08 nov. 2024.

_____. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília: Ministério da Educação, [2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 08 nov. 2024.

_____. **Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel**. Brasília: Ministério da Agricultura e Pecuária, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/biodiesel/programa-nacional-de-producao-e-uso-do-biodiesel-pnpb>. Acesso em: 08 nov. 2024.

_____. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/educacao>. Acesso em: 09 nov. 2024.

_____. **Programa Nacional de Inclusão de Jovens**. Brasília: Ministério da Educação, [2023]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/projovem-campo--saberes-da-terra>. Acesso em: 08 nov. 2024

BREITENBACH, Raquel; TROIAN, Alessandra. Permanência e sucessão no meio rural: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, vol. 56, núm.1, p. 26-37. 2020 Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93868385003>. Acesso em: 29 set. 2024.

BREITENBACH, Raquel; MAZOCCO, Caroline Citta; CORAZZA, Graziela. Estímulo à sucessão familiar na bovinocultura de leite: relato de experiência. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 10, n. 1, p. 25-33, 2019. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/sertao/wp-content/uploads/sites/7/2019/08/Publicado-Texto-do-artigo-37834-2-10-20190430-3.pdf> . Acesso em: 29 set. 2024.

BRIZZOLLA, Maria Margarete Baccin; NETO, Alexandre Chapoval; KRAWSZUK, Gabriela Luisa; BERLEZI, Maiara. Sucessão familiar em propriedades rurais. **Research, Society and Development**,



v.9, n.10, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9408>. Acesso em: 20 set. 2023

GONÇALVES, Cleuza Aparecida de Santana; CARVALHO, Edione Teixeira; LEÃO, Marcelo Franco. GONÇALVES, Cleuza Aparecida de Santana; CARVALHO, Edione Teixeira de; LEÃO, Marcelo Franco. PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA: POLÍTICA PÚBLICA PARA O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MATO GROSSO?. **Revista Prática Docente**, [s. l.], v. 8, p. e23039, 2023. DOI:10.23926/RPD.2023.v8.n2.e23039.id666.

Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/666> . Acesso em: 23 out. 2024.

DIAMOR, Stella De Souza; SUDRÉ, Carolina Andrea Gómez Winkler. Sucessão Familiar em Propriedades Rurais Familiares no Município de Londrina-PR. **Gestão e Sociedade**, v.15, n.42, p. 4236-4256, Maio/Agosto – 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Carolina-Winkler-3/publication/355076725_sucessao_familiar_em_propriedades_rurais_familiares_no_municipio_de_londrina-pr_family_succession_in_rural_properties_in_londrina-pr_city/links/615c5645c04f5909fd7e9ab1/sucessao-familiar-em-propriedades-rurais-familiares-no-municipio-de-londrina-pr-family-succession-in-rural-properties-in-londrina-pr-city.pdf . Acesso em: 29 set. 2023.

DICKEL, Simone Lopes; ZANELLA, Anacleto. **História do Mundo Rural**: o sul do Brasil. vol 3. Passo Fundo: Acervus Editora, 2020. ISBN 978-65-86000-41-2 (E-book).

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Desafios e perspectivas de jovens latino-americanos na sucessão familiar da atividade leiteira**. Editor Técnico, Fábio Homero Diniz. Brasília: Embrapa, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/209520/1/Livro-Fabio-Sucessao-2019-completo.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2024.

FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. J. M. Planejamento da Pesquisa Científica, 2ª edição. Grupo GEN, 2015.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 7ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. p.i. ISBN 9788597020991.

GIL, Antonio C. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. p.Capa. ISBN 9786559770496.

GRANDO, Ana Paula; DAL MAGRO, Márcia Luiza Pit; BADALOTTI, Rosana Maria. Políticas públicas na promoção da sucessão familiar no meio rural: avaliação das organizações sociais do oeste catarinense. **Colóquio: Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, v. 16, n. 2, p. 139-160. 2019. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/330735075_Politicas_publicas_na_promocao_da_sucessao_familiar_no_meio_rural_avaliacao_das_organizacoes_sociais_do_oeste_catarinense . Acesso em: 22 set. 2024.

IMEA. Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária. **Diagnóstico da cadeia leiteira em Mato Grosso**/ Juliana Cristina dos Santos, Monique Melania, Cleiton Jair Gauer *et al.* (organizadores). – 1. ed. – Cuiabá, MTL Imea, 2023. 236p.



KRUGER, Silvana Dalmutt; SILVA, Maisa Aparecida Lemes; MORES, Giana de Vargas; PETRI, Sergio Murilo. Fatores determinantes para a sucessão familiar em estabelecimentos rurais da Região Oeste de Santa Catarina. *Extensão Rural*, 25(4), 57–70. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2318179630576>. Acesso em: 29 set. 2024.

LAKATOS, Eva M. **Técnicas de Pesquisa**. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. p.1. ISBN 9788597026610.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Pronaf Jovem: as disjunções entre o ideal e o real. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 58(2), elocation. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.187438>. Acesso em: 23 out. 2024.

MASTRODI, Josué; IFANGER, Fernanda Carolina de Araujo. SOBRE O CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. *Revista de Direito Brasileira*, Florianópolis, v. 24, n. 9, p. 03-16, dez. 2019. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/5702>. Acesso em: 22 set. 2024.

MARTINS, Carlos Wellington Soares; PORTO, Iris Maria Ribeiro. Análise do Programa de Implantação de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras” no Maranhão. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v. 28, n. 3, p. 263- 274, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/37942>. Acesso em: 09 nov. 2024.

MARTINS, Gilberto de A. Estudo de Caso: Uma Estratégia de Pesquisa. 2a edição. Grupo GEN, 2008. E-book. ISBN 9788522466061.

MATTEI, Lauro. A POLÍTICA AGRÁRIA E OS RETROCESSOS DO GOVERNO TEMER. **OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 293- 307, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Lauro-Mattei-2/publication/331085397_A_POLITICA_AGRARIA_E_OS_RETROCESSOS_DO_GOVERNO_TEMER/links/5ce55407299bf14d95b02558/A-POLITICA-AGRARIA-E-OS-RETROCESSOS-DO-GOVERNO-TEMER.pdf?_sg%5B0%5D=started_experiment_milestone&origin=journalDetail&_rtd=e30%3D. Acesso em: 08 nov. 2024.

MORAES, Daiane Ribas; GELATTI, Rosemary; MIREK, Zelia Maria; RIBAS, Alison. A nova contabilidade pública: instrumento de controle e acompanhamento das ações e políticas públicas. *Revista Gesto*, Santo Ângelo, v. 6, n. 1, p. 20-31, jan./ jun. 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/322642138.pdf>. Acesso em: 28 set. 2024.

MOURA, Marcílio Batista Magalhães. **Jovens do campo e a estratégia de acesso à terra- O Nossa Primeira Terra (NPT) no sertão do Pajeú em 2005-Pernambuco, Brasil**. 2022. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: [f http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/64566](http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/64566). Acesso em: 24 out. 2024.

MULLER, Bianca de Oliveira; BANKUTI, Ferenc Istvan; BRITO, Marcel Moreira; MARTINELLI, Raiane Real. Tipologia de sistemas produtivos leiteiros e a sucessão familiar no Paraná. *Revista de Ciência Veterinária e Saúde Pública*, v.6, n. 2, p. 302-309, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevCiVet/article/view/45489>. Acesso em: 01 nov. 2024.

OLIVEIRA, Márcia Freire; MENDES, Luciano; VASCONCELOS, Andrea Costa van Herk. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba -SP e Uberlândia-



MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 59, n. 2, p. e222727. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.222727>. Acesso em: 27 set. 2024.

PEREIRA, Alan Cirino Martins. **A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Uma ferramenta de gestão**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, Juazeiro do Norte, 2019. Disponível em: <https://sis.unileao.edu.br/uploads/3/CIENCIASCONTABEIS/C503.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2024.

PESSOTO, Ana Paula; COSTA, Carlos; SCHWINGHAMER, Timothy; COLLE, Gabriel; CORTE, Vitor Francisco Dalla. Fatores que influenciam a sucessão intergeracional em empresas agrícolas familiares no Brasil. **Land Use Policy**. v.87, p.1-8. 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264837718314212>. Acesso em: 21 set. 2024.

RODRIGUES, Alice Passos. **Sistema de Gestão Territorial (SGT) como ferramenta da governança fundiária**. 2018. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão do Agronegócio) Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2018. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/26564>. Acesso em: 09 nov. 2024.

SANTOS, Tâmara; ARAÚJO, José. SUCESSÃO GERACIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO. **ENCICLOPEDIA BIOSFERA**, Jandaia, v. 17, n. 34. 2020. Disponível em: <https://www.conhecer.org.br/enciclop/2020D/sucessao.pdf>. Acesso em: 23. set. 2024.

SEAF. Secretária de Estado de Agricultura Familiar. **PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR “MT PRODUTIVO”**. [2024]. Disponível em: <https://www.agriculturfamiliar.mt.gov.br/o-projeto>. Acesso em: 13. out. 2024.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de S.; PIRES, Valdemir. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos**. 3. ed. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2024. E-book. p.1. ISBN 9786555583113.

SILVA, Lucineia Soares da. **“MATO GROSSO: CELEIRO DO MUNDO”. UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES DE PODER E AS IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**. 2020. Tese apresentada (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12825>. Acesso em: 30 out. 2024.